

AS ESTRUTURAS DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: QUADROS EM MOVIMENTO

Maria Odila Fonseca¹

Neste Congresso pretende-se tratar das questões relativas à construção do conhecimento na área arquivística. Esta sessão plenária, em especial, trata da “Arquivologia como campo científico: seu cenário atual e suas perspectivas”. Espero que, ao final desta jornada de trabalho, possamos ter contribuído para uma melhor compreensão dos fenômenos que marcam esta construção, e para um aprofundamento das matérias que definem a Arquivologia contemporânea, num momento em que as áreas do conhecimento passam pelas profundas transformações derivadas, em larga medida, do inédito aparato tecnológico à disposição do pesquisador.

Tentarei orientar minha comunicação em direção ao mapeamento das lacunas que, em minha análise, encontro na identificação de uma possível infra-estrutura de pesquisa na Arquivologia, identificadas, principalmente, pela fragilidade dos mecanismos de comunicação científica, ou seja, pela escassa produção de **informação sobre o campo**, enquanto tal, como possibilidade e objeto de pesquisa.

O entendimento das dificuldades a que me refiro passa pelo estabelecimento de alguns parâmetros de análise das conjunturas em que a Arquivologia se insere, desde seus primórdios, como campo de um saber que possa ser considerado singular.

Não obstante a literatura arquivística afirmar que a história dos registros arquivísticos confunde-se com a história das civilizações humanas pós-escrita e que os arquivos, ainda que em suas formas preliminares, surgiram na área do chamado "crescente fértil" e do Oriente Médio, há cerca de seis milênios, a maioria dos autores considera que os primórdios do que se poderia chamar de Arquivologia situa-se a partir do século XVI.

“os primeiros elementos da doutrina arquivística (archival doctrine) podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabillon sobre diplomática, publicada em 1681” (Duranti, 1993, p.9).

¹ Professora do Departamento de Ciência da Informação Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI – UFF/IBICT

Esta mesma regularidade observa-se entre os autores quando apontam a publicação do Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses, em 1898,

“Arquivologia clássica...,isto é, Arquivologia assim como foi codificada pelo Manual de Muller,Feith e Fruin em 1898...” (THOMASSEN, 1999, p.2)

“Do ponto de vista da contribuição universal para a arquivística o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos é, provavelmente, o de um trio de arquivistas holandeses,.....” (SCHELLENBERG, 2002, P.36).

“ O desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do Manual dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, editado em 1898.....” (HERREDIA, 1993, p.28).

“... o século se fecha com a publicação do famoso manual de Arquivologia, redigido sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898...” (LODOLINI,1990, p.119)

“ Publicada em 1898 por Muller, Feith e Fruin, esta obra representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade..... pode-se afirmar que a fundamentação teórica e a grande maioria das recomendações nela contidas permanecem irrepreensíveis” (SILVA ET AL, 1999, p.117)

como o marco inaugural daquilo que se poderia identificar como uma disciplina arquivística. A partir daí, podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto das conjunturas histórica e geográfica de seu estabelecimento. A análise destes pontos remete à inserção da Arquivologia na *episteme* da Modernidade.

Modernidade refere-se basicamente a eficácia e a autonomia, nas esferas política, econômica e cultural. Na esfera econômica a modernidade refere-se à “livre mobilidade dos fatores de produção, o trabalho assalariado, a adoção de técnicas racionais de contabilidade e de gestão, a incorporação incessante da ciência e da técnica ao processo produtivo” e também “a capacidade de obter pelo trabalho os bens e serviços necessários ao próprio bem estar...” A modernidade política poderia sintetizar-se na idéia do Estado moderno “dotado de um sistema tributário eficaz, de um exército permanente, do monopólio da violência, de uma administração burocrática racional”, mas também “significa capacidade de exercer plenamente a cidadania, um estado de direito que assegure a vigência integral da democracia e dos direitos humanos”. Na esfera da cultural, modernidade “implica a diferenciação de esferas de valor, até então embutidas na religião: a ciência, a moral, o direito e a arte... significa o livre uso da razão, sem tutelas de quaisquer naturezas... num contexto institucional “desencantado” secular, liberto de todos os jugos espirituais...” ROUANET, S. P. Autonomia, Modernidade e Democracia Mundial. Política Democrática, ano 1 n. 2 jun./set. 2001. pág. 48 – 58

A ampla abrangência de tópicos de análise cabíveis dentro desta conjuntura nos obriga, para os objetivos desta comunicação, a estabelecer um recorte muito preciso sobre os pontos que

nos interessa sublinhar, relacionados especialmente á chamada “esfera política”, onde se sublinha a busca por uma administração burocrática racional. Deve-se enfatizar, neste quadro, segundo as análises de Jardim (1998), o Estado como campo informacional e as especificidades dos arquivos, tanto como conjuntos documentais produzidos pelo aparelho burocrático quanto como instituições inseridas neste mesmo aparelho. Esta dicotomia marca profundamente a constituição de um “saber arquivístico” construído ao longo do século XX, e esclarece a decorrente importância das instituições arquivísticas e a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, uma dada certeza de que se a idéia de arquivo estiver clara, estará clara a idéia de Arquivologia. Os marcos representados pelo estabelecimento do princípio da proveniência e da gestão de documentos só podem ser compreendidos neste quadro: o primeiro tem sua origem numa Instrução de Serviço e o segundo num conjunto de artefatos burocráticos formado por: recomendações de uma comissão de reforma administrativa, pelo regimento de uma nova agência governamental e uma lei. É interessante observar, nas tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia, os fundamentos da proposta de abordagem arqueológica de M. Foucault, ou seja, de incluírem-se como elementos formadores das áreas de saber “as regras institucionais, as medidas administrativas, os textos jurídicos,... as reflexões políticas, as medidas legislativas, os programas de reforma...” (1971, p. 41).

Em relação à subordinação que foi mencionada anteriormente, da disciplina em relação ao seu objeto, vale a pena considerar que o Manual dos Arquivistas Holandeses, explicitamente considerado como marco inaugural de uma possível disciplina arquivística não menciona, em nenhuma das suas normas ou princípios, qualquer intenção de codificação de um campo de conhecimento. Na realidade, todas as 100 normas que formam a publicação são decorrentes da primeira, na qual os autores se dedicam a definir o que é um arquivo. Em suas próprias palavras, “esta definição de arquivo, que colocamos aqui como base sobre a qual se erguerá todo o resto...”.

A questão da Arquivologia enquanto área de conhecimento, ou ciência, não era um tema prioritário entre os autores daquilo que Thomassen chama de “Arquivologia Clássica”. O mapeamento de suas fronteiras disciplinares estava “dado” pelas suas características em termos de seu objeto - o arquivo (*fond d’archive*), custodiado por uma instituição arquivística - seus objetivos e métodos, os quais poderiam ser resumidos pelo controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do princípio da proveniência e do seu desdobramento, na ordenação dos documentos de acordo com a organização dada no órgão produtor.

Duas abordagens podem ser consideradas como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que identifica o momento atual como o de uma mudança de paradigma e aquela que o identifica como o momento de inserção numa nova “episteme” – a da pós-modernidade. As duas abordagens não são excludentes; ao contrário, são mutuamente referentes e aprofundar suas análises ultrapassaria em muito os limites desta comunicação, mais ainda considerando o privilégio de estarmos partilhando estas reflexões com Theo Thomassen um dos mais destacados estudiosos das propostas de Khun aplicadas ao desenvolvimento da Arquivologia. Ambas as abordagens apontam para mudanças importantes na estrutura da disciplina arquivística, contemplando o deslocamento de seu objeto do arquivo para a informação arquivística, compreendida a partir de seus contextos de produção, e dos seus objetivos e métodos, que para além da acessibilidade, passam a visar o registro e a manutenção da qualidade arquivística, ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. Um outro aspecto presente nestas abordagens e que me parece importante destacar diz respeito ao fato de que a teoria arquivística não deve ser vista, como muitas vezes é, como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear, formada a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma colagem de diferentes, superpostas e contraditórias idéias coexistindo e misturando-se, encontrando seus campos de aplicação em diferentes tradições político – administrativas e culturais.

É inegável o interesse das novas perspectivas da teoria arquivística que se desenham hoje. Contudo, é inegável, também, sua estreita relação com uma realidade européia e norte-americana. Para uma realidade brasileira, latino-americana, na qual nem os preceitos de uma Arquivologia positivista foram ainda consolidados, na qual ainda não se conseguiu estabelecer relações “administrativistas” com os órgãos da administração pública, é bastante inquietante pensar em termos de uma Arquivologia pós-moderna voltada para lidar com os registros de uma realidade cada vez mais “virtual”.

No Brasil, a década de 1970 foi de fundamental importância para estabelecer alguns parâmetros que, ainda hoje, definem as questões arquivísticas. Assim temos, em 1971, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que exerceu uma indiscutível liderança nas conquistas posteriores. Estas conquistas podem ser enumeradas: a promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, realizados regularmente desde então. Foram realizados, desde então 13 congressos. Aos esforços da comunidade arquivística brasileira para a realização regular dos Congressos não correspondeu um esforço de efetiva divulgação de seus resultados

técnico/científicos. Foram publicados os Anais de apenas cinco Congressos, sendo dois em CD ROM. ; a publicação do primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista *Arquivo & Administração*, cuja publicação manteve periodicidade regular até 1986. Hoje a revista volta a fazer parte do conjunto de ferramentas de comunicação científica disponíveis para os pesquisadores da área, voltando a uma periodicidade semestral regular. a criação dos cursos de Arquivologia em nível superior; a regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo. A profissão de técnico de arquivo nunca foi implementada, uma vez que nunca foi estabelecido um curso profissionalizante na área. Este é um fato relevante, na medida em, entre outros fatores ajudou a cristalizar uma visão monolítica do campo de trabalho na área, fazendo com que arquivistas e estagiários de Arquivologia se ocupem indiscriminadamente de todas as tarefas relacionadas com o fazer arquivístico.

A década de 1980, por sua vez, foi fortemente marcada pelo fortalecimento, infelizmente conjuntural, das instituições arquivísticas públicas, sob uma forte liderança do Arquivo Nacional. Enumerar todos os pontos representativos deste fortalecimento seria excessivo, pois tendo se desenvolvido por toda a década de 1980, gerou uma série bastante grande de eventos e fatos, entre os quais destacamos: a criação do Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que se reunia sistematicamente, promovendo uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras; o debate em torno de um projeto de Lei para os arquivos brasileiros e a *démarche* feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988 no sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os seus níveis; o lançamento da Revista *Acervo*, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia de pesquisa histórica, refletindo a produção brasileira nessas duas áreas. A partir de 1993, cada número da revista passou a ser dedicado a um tema distinto. A partir de 1996 a revista passou a publicar artigos exclusivamente historiográficos...; na qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, a partir de uma sistemática criação de oportunidades para propiciar que arquivistas brasileiros viajassem ao exterior em bolsas de estudo e estágios. Na faceta política desta vertente, destaca-se o fato de o Brasil, pela primeira vez, ocupar um cargo na Secretaria Executiva do Conselho Internacional de Arquivos e a presidência e a vice-presidência da Associação Latinoamericana de Arquivos – ALA.

A década de 1990 pode ser caracterizada como sendo o período de consolidação da Universidade como espaço político e acadêmico importante na configuração do campo arquivístico. Neste período pode-se observar que dobra o número de cursos de Arquivologia

no país; melhora a qualificação do corpo docente destes cursos, aumenta a contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área; em seus estudos, já considerados como clássicos na área, Jardim (1999, a, b, c) aponta para uma predominância de autores vinculados à Universidade no quadro de artigos publicados em periódicos especializados. Ao longo da década de 1990, os autores vinculados às Universidades são responsáveis por cerca de 45% da produção de artigos especializados. Ainda segundo os dados da pesquisa, do núcleo de autores de maior produtividade, 67% são vinculados às universidades; um aumento de possibilidades de inserção de questões arquivísticas nos cursos de pós-graduação existentes, destacando-se os Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília e da Universidade Federal Fluminense/IBICT e da Universidade Federal de Minas Gerais, e o Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo.

A desmobilização das instituições arquivísticas faz parte do sistemático desmonte das estruturas administrativas do Estado brasileiro, dentro do quadro neoliberal de Estado mínimo, desmonte que atingiu níveis de absoluta irresponsabilidade no governo Collor, mas que não sofreu reversão nos governos subsequentes. Este fenômeno gerou um êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a Universidade e para outras instituições de informação. Esta desmobilização das instituições arquivísticas promove uma certa perda de identidade na área, uma vez que, como vimos anteriormente, este é um campo do conhecimento plasmado na tentativa de responder às demandas da administração pública em diferentes períodos e em diferentes circunstâncias políticas. Em contrapartida, assiste-se à implementação e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos – o CONARQ. Hoje o CONARQ ocupa um espaço de liderança, embora mais na formulação de soluções normativas do que na implementação de uma política nacional de arquivos.

Um fato que se deve destacar, neste breve e obrigatoriamente pouco exaustivo mapeamento, é que estamos em vias de aprovar uma nova tabela de áreas do conhecimento dentro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o mais expressivo organismo de fomento à pesquisa em nível federal. Esta nova tabela alça a Arquivologia à categoria de área do conhecimento, subdividida em respectivas subáreas.

PRINCIPAIS ALTERAÇÕES PROPOSTAS: criação de 21 novas áreas, entre as quais:

Ciências Socialmente Aplicáveis

11. Área – Arquivologia

Fundamentos da Arquivologia

Gestão Arquivística

Técnicas Arquivísticas

Arquivologia Especializada

Disponível em:<http://www.cnpq.br/areas/cee/proposta.htm>

O debate em torno desta proposta ofereceu-nos a oportunidade de verificar, ainda que o mesmo não tenha se dado tão amplamente como seria desejável, a pequena visibilidade da Arquivologia dentro das áreas afins e o grau de fragilidade de nossa organização enquanto campo de conhecimento. Se, por um lado a proposta em si mesma já indica uma valorização do campo, por outro, as manifestações havidas em torno da questão revelam quantas reticências ainda existem em torno da aceitação da área como área de conhecimento, considerando-se aqui que "por área do conhecimento entende-se o conjunto de conhecimentos inter-relacionados, coletivamente construído, reunido segundo a natureza do objeto de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas". Algumas destas manifestações, pelo que podem traduzir como exemplos do que estamos afirmando, devem ser destacadas:

“no fato de as áreas de a Biblioteconomia e a Arquivologia,..., encontrarem-se diretamente voltadas a um exercício profissional, cuja formação..., busca atender demandas sociais específicas, pautadas por ambiências não menos específicas: o arquivo e a biblioteca. ...No entanto, é na pós-graduação em Ciência da Informação, enquanto espaço de sedimentação da pesquisa e de efetiva construção do conhecimento, que os egressos de ambas as formações têm encontrado seu lócus investigativo...,no sentido de ver na Ciência da Informação uma grande área, de natureza teórico-metodológica ...que **nutre teoricamente os fazeres da Arquivologia e da Biblioteconomia ...e nelas encontra espaço de aplicação / teste / sedimentação das teorias e metodologias que propõe. ... a Ciência da Informação encontra na Arquivologia e na Biblioteconomia campos de aplicação... tanto a tradição bibliotecária norte-americana da escola de Chicago como a tradição arquivística da École de Chartres encontrariam na Ciência da Informação um espaço de reflexão e de construção de conhecimento.** Especificamente no âmbito arquivístico, essa aproximação de seu fazer profissional com o universo teórico da Ciência da Informação vem ocorrendo, dentre outros aspectos, **pela enunciação do conceito de informação arquivística** e pelos estudos levados a cabo pelo grupo de Quebec no âmbito da **arquivística integrada**, assim como pelos pesquisadores da Universidade do Porto Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro”. Escola de Ciência da Informação da UFMG, em 28 de outubro de 2005.

“Na reunião de colegiado à qual me referi apresentei minha análise acerca do proposto pela ANCIB e critiquei o documento da Comissão Especial de Estudos. Não estou certo se a criação das áreas de Arquivologia e

Biblioteconomia é uma demanda dos profissionais dessas áreas específicas, mas creio que o fato de historicamente estarmos ligados a elas desde o surgimento da ciência da informação deveria levar-nos a reforçar nossos elos com estes profissionais e naturalmente atrair outros para a formação de nossa identidade. **Minha opinião é a de que arquivologia e biblioteconomia deveriam constituir, unidas, uma subárea na CI**
Professor adjunto I, vinculado ao Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, em 17 de outubro de 2005.

Mesmo internamente, ainda hoje, as questões sobre uma falsa dicotomia entre uma arquivística acadêmica e uma arquivística aplicada permeiam o campo. Em importante evento científico internacional ocorrido no Brasil em 2005, uma das conferências propostas pela organização do evento denominava-se “As dificuldades do trabalho prático em arquivos em confronto com as metodologias ideais preconizadas na universidade”... sugerindo uma dicotomia entre teoria e prática, entre ensino e exercício profissional.

Parece útil retomar a questão apresentado na introdução desta comunicação para restabelecer, a partir do pano de fundo desenhado, a linha mestra de condução das minhas considerações nesta segunda parte, em direção ao mapeamento das lacunas que encontro na identificação de uma possível infra-estrutura de pesquisa na Arquivologia, identificadas, principalmente, pela fragilidade dos mecanismos de comunicação científica, ou seja, pela escassa produção de **informação sobre o campo**, enquanto tal, como possibilidade e objeto de pesquisa.

Observa-se, como já visto, uma pauta renovadora de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de discutir seus objetos e objetivos tradicionais; mas uma nova pauta de reflexões não leva, por si só, ao fortalecimento da Arquivologia como campo disciplinar autônomo e independente. Outras questões se impõem. Estas questões, na perspectiva desta comunicação, passam pela criação de mecanismos eficazes de comunicação científica, que permitirão uma maior visibilidade interna e externa do campo. A comunicação científica pode ser definida como a troca de informações entre membros de uma dada comunidade científica, na qual se podem incluir atividades associadas à produção, disseminação e uso da informação, desde a primeira formulação das hipóteses e questões da pesquisa até que os seus resultados sejam incorporados no corpo de conhecimentos reconhecidos e partilhados por aquela dada comunidade. Aqui já se pode apontar o primeiro dos problemas de infra-estrutura que gostaria de sublinhar:

1. a comunidade arquivística está longe organizar-se como uma comunidade científica. Ainda subsiste, na área, uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais

e corporativos. As organizações mais importantes dentro do campo são associações nacionais e regionais de arquivistas; são associações que agregam profissionais de um país, ou de uma região dentro de um país. As poucas associações internacionais existentes, regionais na maioria, se referem os aspectos políticos relativos, por exemplo, aos direitos humanos, aos direitos ao patrimônio arquivístico, ou se referem a países e regiões já agrupados por algum elemento externo à questão arquivística, como por exemplo, o Fórum dos Arquivistas Lusófonos. A inexistência de alguma associação de docentes ou de pesquisadores, em nível nacional ou internacional, é outro fato que ajuda a iluminar a pouca autonomia do campo, mesmo no que diz respeito à sua vertente mais acadêmica. Debruçar-se sobre estes dados seria um exemplo do tipo de mapeamento a que estou me referindo.

2. O periódico científico é visto pela maioria dos autores dedicados aos estudos de comunicação científica como sendo o principal veículo formal de comunicação, tanto para divulgação do conhecimento como para comunicação entre os pares da comunidade científica. Seções específicas do próprio periódico têm incorporado outros instrumentos formais de comunicação científica, que também podem ser reunidos e republicados em revistas especiais, tais como os periódicos de resumos e os artigos de revisão da literatura.²

Esta importância atribuída ao periódico científico vem dos aspectos anonimato e de avaliação cega por pares dos artigos submetidos à publicação, sendo a plausibilidade e a importância da argumentação os fatores substantivos de sua aprovação. Assim, um artigo publicado por um periódico de destaque na área, tem seu valor acrescido pelo selo de relevância científica outorgado pelo editor e os examinadores por ele consultados. Na área arquivística, os periódicos especializados mais importantes continuam a ser aqueles publicados por associações nacionais de arquivistas. Apesar da maioria destes periódicos cumprirem as exigências mínimas de avaliação externa dos artigos que publicam, o seu tratamento como canal de comunicação científica é frágil, pois não há periódicos de resumo e indexação na área e sua relação à mecanismos de indexação, resumo e citação de áreas afins é pouco consistente e pulverizado. Isto revela a pouca importância atribuída, na área, ao periódico como veículo indicador da “ciência certificada”, ou seja, da ciência que passou por uma avaliação dos pares. Isto pode ser considerado revelador de certa fragilidade da Arquivologia como campo de conhecimento autônomo. Os seus periódicos especializados não tem sido

² O artigo de revisão é um instrumento formal de comunicação científica cujo objetivo é apresentar a opinião crítica especializada de seu autor, a respeito dos trabalhos e atividades de pesquisas desenvolvidas na área por ele enfocada, comparando pontos de vistas convergentes e divergentes, e levando o leitor a outras publicações sobre o assunto. Com isso, o leitor identifica a importância e a credibilidade de cada trabalho analisado na revisão e consegue ter uma visão geral do estágio atual das pesquisas naquela área do conhecimento. Cláudia Augusto Dias, disponível em: <http://www.geocities.com/claudiaad/comunica.pdf>

objeto de estudo no seu papel de agente produtor de discurso acadêmico. Também são pouco utilizados, na área, os artigos de revisão, importante dispositivo de mapeamento de campos científicos, trazendo a possibilidade de iluminar influências, linhas hegemônicas de pesquisa e de interpretação, lócus majoritários de produção de conhecimento, além de outros indicadores.

Não obstante estas considerações pode-se observar que os periódicos continuam a ser publicados regularmente, e a longevidade dos periódicos internacionais remetem à estabilidade da área enquanto produtora/usuária de conhecimento publicável/publicado. Remete, também, à estabilidade das associações profissionais.

3. Deve-se destacar, também, o pequeno uso da Web como instrumento de comunicação e divulgação científica: não há listas acadêmicas de discussão, não há bibliotecas virtuais, há poucos periódicos eletrônicos, não há bibliografias sistematizadas e atualizadas, não há sites de divulgação científica, o que coloca a comunidade arquivística em descompasso em relação às tendências atuais. Além disso, os periódicos arquivísticos oferecem poucas possibilidades de acesso gratuito aos textos integrais dos artigos e, com poucas exceções, não oferecem versões eletrônicas de assinatura. Um exemplo deste uso academicamente pouco consistente da Web é o Portal de Arquivos mantido pela Unesco. Sem querer minimizar o seu papel de facilitador na busca de informações, o Portal carece de critérios mais rigorosos de verificação, encontrando o pesquisador que recorre a esta fonte um forte grau de inconsistência. Mais uma vez fica clara a primazia dos arquivos e das instituições arquivística na área, na medida em que o uso da Web como instrumento de divulgação de instituições arquivísticas encontra um padrão de qualidade que não corresponde à sua utilização pelos arquivistas enquanto pesquisadores e produtores de um conhecimento que possa ir além das fronteiras institucionais.

“Mais de 1.800 conferências anuais on-line nos mais diferentes campos criam espaços sociais, onde membros da comunidade acadêmica de todo o mundo interagem”. Grande parte do material publicado hoje, em papel, tem simultaneamente cópia disponível em rede. Se o número de livros e periódicos impressos sobe de 2 a 7% ao ano, as fontes eletrônicas crescem muitas vezes mais rapidamente, nos distintos campos do conhecimento.

Assim, independentemente da sobrevivência da comunicação formal e informal, o domínio eletrônico tem espaço garantido. A idéia de sistemas de informação baseados no conceito de biblioteca virtual, onde identificação, localização, tratamento, busca e disponibilidade de informações são possíveis, independente mente da manutenção de acervos internos, ganha mais e mais adeptos. Países ricos e periféricos buscam soluções para enfrentar o fluxo informacional e o aumento abusivo dos preços da coleção de periódicos. É a substituição gradativa do modelo de biblioteca centrado na disponibilidade, em que predomina a manutenção de coleções fixas e a possibilidade do browsing real, por um novo modelo centrado na

acessibilidade, em que prevalece o intercâmbio entre unidades de informação conectadas em rede e o browsing virtual. Um exemplo desta tendência é a própria iniciativa da Capes em não mais financiar a compra de periódicos, mas de permitir que os cursos de pós-graduação das instituições de ensino superior tenham acesso eletrônico a uma série de periódicos, dentro do denominado Portal de Periódicos da Capes” ((TARGINO; CASTRO 2001).

4). Um outro aspecto que podemos destacar é a ausência da Arquivologia como campo indexado nas grandes bases de dados bibliográficos, como por exemplo:

Base de dados da ISI Web of Science³ (8.000 periódicos indexados) são:

- **Science Citation Index Expanded** References (1970–), Author Abstracts available from 1991
- **Social Sciences Citation Index Expanded** with Cited References (1970–), Author Abstracts available from 1992
- **Arts and Humanities Citation Index** with Cited References (1975–), Author Abstracts available from 2000

As considerações aqui apresentadas devem ser consideradas apenas como uma provocação ao debate, um convite à comunidade arquivística para se debruçar nas interessantes possibilidades dos estudos de comunicação científica para o mapeamento e o conseqüente melhor entendimento da área. (slide). Em nenhum momento deixou-se de entender que cada área do conhecimento se constitui num amplo e peculiar sistema social; que as agendas de cada comunidade acadêmica é marcada pela distribuição geopolítica de seus atores, que as opções meramente quantitativas de análises e indicadores não devem ser ingenuamente consideradas, sob o risco de criarmos nossas próprias armadilhas. Ainda assim, creio ser oportuna a preocupação com as fragilidades que procurei apontar nesta comunicação, e oportuna também será nossa tentativa de responder à conhecida indagação de T.S.Eliot: “*Onde está o conhecimento que perdemos na informação?*”.

³ : <http://wok.mimas.ac.uk/about/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e Descrição de arquivos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional,1975.

BELKIN, N.J.. Information Concepts for Information Science. Journal of Documentation, v.34 , n.1, March 1978.

COOK, Terry. What is Past is Prologue : a History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. Archivaria, 43 (Spring 97).

_____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. Archival Science, 1 (2000).

_____. Beyond the Screen: the records continuum and archival cultural heritage. Australian Society of Archivists Conference. Melbourne, 2000.

_____. Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: postmodernism and the practice of archives. Archivaria, 51 (Spring, 2001)

COUTURE,C.,DUCHARME,D. La Recherche en Arqchivistique: un état de la question. Archives , v.30, n.3-4, 1998-1999.

DELMAS,Bruno. Archival science facing the information society. Archival Science. 1: 25-37, 2001.

DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo. Uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro : Relume Dumará. 2001.

DURANTI, Luciana. The Archival Body of Knowledge: Archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. Journal of Education for Library and Information Science. V.34, n.1 p. 8-24, winter 1993.

FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro : FGV, 2005.

_____. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. Caderno de Textos. MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

GIRA. La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches. Montreal, Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Québec, 1990.

IANNI, Octávio Tipos e mitos da modernidade . Zonanon , de 11-12-2002 , em <http://zonanon.com/ideias/oi021211.htm> , em 6/2/2004

JARDIM, José Maria. "A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996 1999, Departamento de Documentação / Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação - NEINFO, UFF. Relatório parcial de pesquisa. 1999.

KETELAAR, Eric. The Difference Best Postponed ? Cultures and comparative archival science. Archivaria 44 (1997).

MUELLER, Suzana P. M.. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. DataGramZero.. n. zero dez/99

OTLET, P. Documentos e Documentação. (Introdução ao trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937). Disponível em: <http://www.conexao rio.com/bit/otlet/>

ROBREDO, Jaime. Da Ciência da Informação Revisitada aos Sistemas Humanos de Informação. Brasília : Thesaurus Editora e SSRR Informações. 2003

RODRIGUES, José H. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1959.

ROUANET, SERGIO P. Autonomia, Modernidade e Democracia Mundial. Política Democrática, ano 1 n. 2 jun./set. 2001. pág. 48 – 58

THOMASSEN, Theo The Development of Archival Science and its European Dimension. Seminar for Anna Christina Ulfsparré. Swedish National Archives. Estocolmo, Fev. 1999.

_____. A First Introduction to Archival Science. *Archival Science* 1: 373-385, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.